

**“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos**

*“Estudantadas”: daily routine and entertainment of São Paulo Law Students in 1800’s*

Marina Santos Costa  
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG  
Belo Horizonte, Brasil  
Christianni Cardoso Moraes  
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ  
São João del-Rei, Brasil

**Resumo**

Neste artigo, tomamos como objeto de estudo o cotidiano e as práticas de diversão dos estudantes da Academia Jurídica de São Paulo, no século XIX. Baseamo-nos na obra de José Luiz Almeida Nogueira, *Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões e estudantadas*, na imprensa periódica e em Relatórios dos Presidentes da Província. Inventariamos os espaços e as práticas de diversão dos estudantes de maneira quanti-qualitativa e destacamos os *sports*, considerando-os como práticas corporais não institucionalizadas. Dentre esses, os mais recorrentes eram as caçadas, corridas de cavalos, a natação e a pesca. Concluimos que as práticas de diversão se inseriram no contexto de São Paulo, que se modificavam à medida em que o processo de civilização da cidade avançava e que, entre tensões e conflitos, se constituíam como uma cultura nova para a cidade: uma cultura estudantil.

**Palavras-chave:** Cotidiano; Práticas de diversão; Estudantes de Direito.

**Abstract:**

This article aims at studying the daily routine and students’ entertainment at the *Academia Jurídica de São Paulo*, in XIX century. It was based on the work by José Luiz Almeida Nogueira, *Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões e estudantadas*, in periodicals and in Written Reports of Province Presidents. We have cataloged the space and entertainment activities through quantitative/qualitative data collection and highlighted sports practices as part of non-institutionalized physical activities. Most engagements involved hunting, horse-racing, swimming and fishing. Such practices were intrinsically insert in São Paulo city and they tended to modify as the civilization process advanced. Some of these changes occurred through tension and conflicts, eventually giving rise to a new cultural class – an academic culture.

**Keywords:** Daily routine; Entertainment activities; Law students.

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

O cotidiano tem sido tomado como objeto de estudo dos pesquisadores da Educação no Brasil desde a década de 1990<sup>i</sup>. Jose Mário Pires Azanha, ao realizar um “mapeamento cultural da escola” (1990/1991, p. 68), afirma que o cotidiano escolar revela um complexo jogo de relações, que vai muito além das questões de ensino-aprendizagem. No entanto, o estudo do cotidiano permite ainda compreender as redes de sociabilidade construídas pelos sujeitos escolares, que transbordam os limites impostos pelas instituições de ensino, como demonstrado por Lacerda (2020), ao comparar os diferentes cotidianos de crianças na escola e no mundo rural.

Neste artigo, a partir da perspectiva da História da Educação, tomamos como objeto de estudo o cotidiano dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, no século XIX. Buscamos indícios sobre as experiências dos sujeitos escolares fora da instituição de ensino, enfatizando seus espaços de convívio e suas práticas de diversão<sup>ii</sup>. As *estudantadas*, como eram chamadas à época, referem-se a essas práticas de diversão ou brincadeiras de cunho infantil, até mesmo a alguns excessos cometidos pelos estudantes, que mesmo autorizadas, dentro de certos limites, geravam tensões. Socialmente, a vida de estudante permitia certo afastamento das normas, sendo vista como um período de formação, de passagem para a vida adulta. Utilizamos-nos da noção de cotidiano definida por Michel de Certeau (2011)<sup>iii</sup>, segundo a qual as práticas cotidianas são “maneiras de fazer”, que nos permitem compreender a construção histórica dos sujeitos. Para realizar um estudo sobre as práticas do cotidiano, devemos pensar os espaços nos quais as mesmas eram realizadas, pois o espaço é compreendido, historicamente, como móvel e variável, e as práticas, como inventivas. Na vida cotidiana, nos mais diferentes espaços, são criadas “as mil práticas pelas quais usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (2011, p. 41). Essas “maneiras de fazer” alteram inventivamente o funcionamento da vida, criam outras práticas, de modos variados e silenciosos, até mesmo furtivos, burlando as regras sociais. É nesse cotidiano, muitas vezes imperceptível, que os sujeitos se formam e se educam, de maneiras inventivas. Partindo desses pressupostos, compreendemos as práticas de diversão como “manifestações que são vivenciadas com o fim principal de entreter e divertir-se” (CUNHA JR. et al., 2011, p. 15), mas também como práticas do cotidiano e, sobretudo, como práticas educativas<sup>iv</sup>. Consideramos, sempre, a possibilidade do conflito, pois os envolvidos poderiam ser excluídos e/ou oprimidos, como

nos trotes realizados entre os estudantes ou ainda a desobediência dos estudantes às regras de comportamento estabelecidas. As práticas de diversão se encontram, portanto, inseridas em dinâmicas sociais, permeadas por relações de desigualdade e de poder.

Durante todo o século XIX, mas sobretudo na segunda metade, a cidade de São Paulo passava por um processo de urbanização e de modificação dos costumes. Para compreender esse contexto histórico mais amplo, tomamos como referência a noção de “processo civilizador” conforme define Elias (1994). A civilização dos costumes é um pressuposto fundamental para este estudo e extrapola a ideia de educação limitada às salas de aula. A noção de *civilização* “diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’” (ELIAS, 1994, p. 24). Se, por um lado, o processo civilizador busca o controle dos comportamentos, por outro, a diversão permite uma “agradável excitação que culmina num clímax deleitante e a libertação de tensão” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 94). Assim, as regras de comportamento procuram moldar os sujeitos (sempre inventivos), na tentativa de controlar seus impulsos e internalizar o autocontrole, para adequá-los a um padrão de conduta, educando-os.

No que se refere à documentação disponível para a pesquisa, a principal fonte utilizada neste estudo foi a obra de José Luiz Almeida Nogueira<sup>v</sup>, intitulada *Tradições e reminiscências: estudantes, estudantões e estudantadas*<sup>vi</sup>. Esse é um dos poucos documentos existentes do período, haja vista que um incêndio ocorrido em 1880 arrasou quase todo o arquivo da Faculdade de Direito. Cabe enfatizar que os escritos memorialísticos de Nogueira são uma versão do que aconteceu e, nessa medida, se encontram permeados por sua visão de mundo. A obra de Nogueira é, portanto, um “documento monumento”, aquilo que o memorialista selecionou ou, nas palavras do célebre historiador francês, uma “escolha efetuada” (LE GOFF, 2012, p. 509) para salvar algumas lembranças, em detrimento de outras. Ao considerarmos os usos de uma fonte memorialística para a produção da História, baseamo-nos, ademais, nas ideias de Paul Ricoeur. Neste estudo, uma questão fundamental elaborada por esse filósofo foi tomada como bússola e, portanto, merece destaque:

não existe, entre os dois pólos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre as memórias vivas das pessoas individuais e a memória pública da comunidade às quais pertencemos? (RICOEUR, 2007, p. 141).

A partir da perspectiva ricoeuriana, tomamos a obra de Nogueira como produto de

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

uma memória individual. Mas, ao mesmo tempo, parte de uma memória coletiva, na medida em que, simbolicamente, representa um grupo. Ao registrar o que ouvia e vivia, Nogueira fixou uma memória social, salvando algumas experiências coletivas do esquecimento.

Dentre as demais fontes consultadas para este artigo, encontra-se a imprensa periódica, a qual utilizamos no intuito de levantar aspectos da vida cotidiana da cidade e informações sobre os estudantes ou a Academia Jurídica. Mas sempre considerando, cuidadosamente, que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX” (LUCA, 2015, p. 133). Por fim, utilizamos os Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo. Esses relatórios eram apresentados pelos presidentes de todas as províncias do Império, quando deixavam os cargos ou prestavam contas sobre sua administração. Possuem uma estrutura definida, são caracterizados como “documentos oficiais e eram escritos buscando influenciar quem os lesse (ou ouvisse). Seja buscando persuadir, seja procurando exortar” (RESENDE; FARIA FILHO, 2001, p. 83). Na pesquisa documental realizada, consideramos todas essas limitações dos documentos. Apesar dos limites dessas fontes, pudemos perceber várias ressonâncias do cotidiano registrado por Nogueira, o que nos permitiu cotejar a fonte memorialística e realizar um trabalho de entrecruzamento dos dados.

Nogueira estabeleceu o ano de 1827 como marco inicial de sua obra, ano da fundação da Faculdade de Direito, estendendo-se até 1878. Definimos como ano inicial para o nosso recorte cronológico 1867, no qual Nogueira se mudou para São Paulo e ingressou no Curso Anexo de Preparatórios, matriculando-se, em 1869, no primeiro ano jurídico. Percebermos que os registros de Nogueira passaram a ser mais detalhados e consistentes após seu ingresso no Curso Preparatório, quando passou a vivenciar o cotidiano próximo da Faculdade de Direito, daí nosso recorte temporal. Vale destacar que as décadas de 1860 e 1870 foram fundamentais no processo de civilização paulistano, conforme corroboram outras pesquisas e documentos levantados. Tais mudanças afetaram o cotidiano dos estudantes e mudaram a cidade, como evidenciaremos ao longo deste artigo.

### **São Paulo e a Academia Jurídica**

No período colonial e nas primeiras décadas do século XIX, São Paulo ocupava uma posição política e econômica periférica no Brasil, o que se alterou após a expansão cafeeira nos oitocentos, vindo a mudar de forma mais consistente após a República (FAUSTO, 1995;

GLEZER, 2007). A cidade de São Paulo era descrita, por seus administradores e pelos viajantes estrangeiros, como desordenada, acanhada, rude, envolta pela neblina, sombria, melancólica, com construções toscas, ruas assimétricas, sem água encanada, sem sistema de esgoto, em suma: “os textos são recortes dolorosos em busca de identidade, denúncias angustiadas de ausência de civilidade” (MONTÓIA, 1990, p. 3). Encontramos descrições similares nos escritos de Nogueira (1908), ao afirmar que o calçamento no centro da cidade de São Paulo era precário e as “vias que conduziam a esses subúrbios nem mereciam o nome de ruas, eram antes estradas ou caminhos rurais, destituídos de calçamento e de iluminação” (NOGUEIRA, 1908, v. 5, p. 107).

Naqueles tempos pós-Independência, nos quais o sistema escravista ainda alicerçava a economia brasileira e a produção cafeeira já mudava as feições de São Paulo, a fundação da Faculdade de Direito fez parte de um processo de civilização. Apesar de ser evidente a necessidade de criação de cursos de Direito no Brasil, foi difícil a escolha do local de instalação dos mesmos. Após cinco anos de discussões, foram fundados, em 1827, os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo – este instalado no Convento Franciscano, no Largo de São Francisco.

Na década de 1860, São Paulo viveu um crescimento econômico e passou a ter uma vida cultural mais intensa. A inauguração da ferrovia na década de 1870 fez com que a cidade assistisse a mudanças. Entre 1872-1875, São Paulo viveu transformações, com obras de segurança no Paredão do Carmo, reformas no Jardim Público, organização da Ilha dos Amores, abertura de ruas e edificação do prédio da Câmara Municipal (NOGUEIRA, 1908, v. 4, p. 266). Além da iluminação a gás e dos carris urbanos, inaugurados respectivamente em março e outubro de 1872, os primeiros serviços de abastecimento de água da Cantareira e o sistema de esgoto foram concluídos em 1883 (NOGUEIRA, 1908, v. 4, p. 267).

O Curso de Direito se mantinha como símbolo da emancipação intelectual brasileira para os jovens da elite branca. Como sugere Adorno (1988, p. 78), nesse espaço de aprendizagem do poder, os bacharéis apropriavam-se “das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo”, vindo posteriormente a ocupar cargos públicos. A política era uma temática forte entre os estudantes e o periodismo fora considerado por Adorno (1988, p. 165) um dos maiores formadores daqueles sujeitos. A efervescência do periodismo dos estudantes ficou

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

registrada no jornal *A Academia de São Paulo*, de 2 de abril de 1876 (n. 1, p. 4):

Reunião acadêmica – Quarta-feira, 29 do corrente, reuniram-se os estudantes liberais da Faculdade, para tratar da organização de um Clube e criação de um jornal. A reunião presidida pelo nosso distinto e prestimoso colega de redação, o quinto-anista sr. Edmundo da Cunha, foi bastante concorrida e animada<sup>vii</sup>.

Vinculadas a essas produções jornalísticas estavam as associações literárias, sociedades acadêmicas, científicas e agremiações, espaços educativos muito diferentes das salas de aula, nos quais atividades culturais variadas eram praticadas cotidianamente pelos estudantes. Temas como a abolição da escravatura e a república iam ganhando espaço entre eles e em seus jornais. A efervescência cultural produzida pelos estudantes da Faculdade de Direito dinamizou a vida da cidade. Assim, “identificados pelo refinamento e pela civilidade, os estudantes podem converter-se na primeira personagem cultivada como ‘urbana’ e inventiva” (MONTAIA, 1990, p. 49).

No período tomado como referência, ao mesmo tempo em que a Academia Jurídica de São Paulo impulsionava o desenvolvimento cultural da cidade, ela era parte constitutiva desse mesmo processo, em um sentido maior de civilização dos costumes. Em diálogo constante com esse contexto histórico de civilização é que intentamos compreender o cotidiano e as práticas de diversão dos estudantes.

### **Cotidiano, espaços e práticas de diversão**

No século XIX, as repúblicas eram os espaços mais típicos dos estudantes, locais de moradia, diversão e aprendizado. Nos dizeres de Nogueira (1909, v. 6, p. 166, grifos do autor), os estudantes, em grupos de três a cinco, “alugavam casa, nela organizavam sumariamente todos os serviços domésticos, e ali conviviam alegres, descuidosos, em perfeita harmonia, sob regime democrático. Essas casas eram, por isso, denominadas *repúblicas*”.

Um dos motivos que fizeram com que as repúblicas se formassem, conforme Martins e Barbuy (1998, p. 98), foi a precariedade das hospedarias e hotéis. Outro motivo, apontado por Nogueira (1908, v. 5, p. 109), era a modéstia das mesadas recebidas pelos estudantes. Para as despesas comuns a todos que moravam nas repúblicas, havia a “bolsa”, que consistia em uma contribuição dos moradores para as despesas gerais da casa (NOGUEIRA, 1908, v. 5, p. 109). Ao alugarem o imóvel, os estudantes se distribuíaam por seus cômodos,

sendo reservados à utilização comum, a sala de jantar e a cozinha. Os demais cômodos “ocupados de modo a acumularem para cada estudante as funções de quarto de dormir, sala de visitas, gabinete de estudo, gabinete de toilette etc.” (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 167, grifos do autor). Ainda segundo Nogueira, “os melhores cômodos eram ocupados pelos veteranos e os menos confortáveis sobravam para os ‘cailoros’ e/ou ‘bichos’”<sup>viii</sup> (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 167), o que revela indícios de pequenas relações cotidianas de poder entre os estudantes.

As repúblicas constituíam-se como espaços de ensino, permeados pela informalidade, oferecendo práticas culturais cotidianas e diversificadas àqueles sujeitos que frequentavam a Faculdade de Direito. Elas predominaram até 1876, quando começaram a se popularizar as casas de pensão, “de tratamento e preço democráticos”, conforme Nogueira (1908, v. 4, p. 270).

Dentre os espaços de diversão praticados pelos estudantes, temos notícias sobre o teatro e o circo. Havia opções na cidade e os jornais davam a ler notas com a programação:

Divertimentos hoje. – Haverá: No Circo Casali função em despedida, com um variado espetáculo. No Teatro S. José, espetáculo com o drama – *O Guia da Montanha*. No Rink patinação às horas do costume. No Jardim, à tarde concerto musical pela banda de Permanentes. Na Ilha dos Amores, a banda musical dos menores artífices fará as delícias dos que lá forem tomar fresco. (*Tribuna Liberal*, n. 331, 8 dez. 1878, p. 2, grifos no original).

Os espetáculos – teatrais, musicais, circenses e de mágica – aconteciam na cidade de São Paulo e em seu entorno. Algumas companhias de circo e teatro se apresentavam em barracões de lona, outras, nos teatros. Os circos ginásticos, equestres e de touros eram também opções de diversão. De acordo com Nogueira, “os estudantes afluíam a esses espetáculos e neles tomavam parte como ruidosos espectadores” (1909, v. 6, p. 175). Na década de 1860, encontrava-se em funcionamento o Teatrinho Batuirá, na Rua Cruz Preta, hoje Quintino Bocayuva (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 130). Além deste, funcionou o Teatro São José, inaugurado em 1864, e o pequeno Teatro Minerva, construído em 1873 (NOGUEIRA, 1908, v. 4, p. 267). Também existiu em São Paulo o Teatro Provisório, conforme o jornal *Tribuna Liberal* (n. 200, 5 jul. 1878, p. 4). Havia ainda o Teatro São José, inaugurado em 1877, que, conforme registrou o *Relatório do Presidente da Província* (1877, p. 31) de maneira acentuada, “é um edifício digno da capital”.

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes  
de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

Os estudantes também participavam de festas. Eram organizadas nas confeitarias as *opas* para festejar as formaturas e havia, ainda, festas e bailes para comemorar datas consideradas importantes, como o dia 7 de setembro, a data da fundação da Faculdade de Direito e também do Colégio Pedro II. Quando autoridades chegavam à cidade, os estudantes organizavam jantares e ceias nos hotéis, principalmente às quartas-feiras e sábados. Aconteciam também bailes, conforme anunciado pelo jornal *Correio Paulistano*, no dia 6 de outubro de 1872 (n. 4.841, p. 4): “Em nome da diretoria do Cassino Paulistano, participa o abaixo assinado que a terceira partida terá lugar sábado, 12 do corrente mês, nos salões da mesma sociedade”. Vale dizer que, conforme Nogueira, os bailes organizados pela Sociedade Concórdia, Cassino Paulista ou mesmo por particulares eram “quase totalmente fechados para os estudantes. Mas... como lá diz o adágio: não há regra sem exceção. E, neste particular, exceções sempre houve” (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 173). Assim, temos pequenos indícios de que os estudantes, inventivamente, forçavam as interdições, buscando ampliar seus espaços de diversão na cidade.

Os estudantes também frequentavam espaços de diversão ao ar livre e as condições climáticas poderiam prejudicar algumas práticas. A chuva, característica marcante do clima de São Paulo, fazia com que festividades, reuniões e espetáculos fossem cancelados ou adiados: “*Touradas* – Se o tempo permitir haverá hoje à tarde corridas de touros” (*Tribuna Liberal*, n. 284, 13 out. 1878, p. 2, grifo do original). Participavam das quadrilhas, procissões, cavalhadas, carnavais, entrudos. Entre os festejos religiosos da cidade, havia o da Penha, o de Pirapora e “festas de devoção da Santa Cruz da Tabatinguera, Santa Cruz do Arouche, Santa Cruz do Bexiga, em Sant’Anna, no Cambucy, no Tatuapé etc.” (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 180). Os jornais também noticiavam essas festividades, como na *Tribuna Liberal* de 12 de julho de 1878 (n. 206, p. 4): “A oficialidade e praças do Corpo Policial Permanente tendo de festejar no dia 21 do corrente a sua oraga Nossa Senhora do Carmo, com missa cantada, exposição do SS. Sacramento e procissão à tarde, convidam a todos os fiéis a assistirem a esses atos”.

A presença dos estudantes, entretanto, poderia expressar ameaça à tranquilidade dos festejos religiosos, tanto que, em uma festa na Sé, foram impedidos de entrar na igreja, o que os incentivou ainda mais a fazer notar sua presença. Quando o estudante Anastácio Teixeira de Souza Bittencourt tentou entrar, foi “impelido materialmente pelos que lhe

ficavam à retaguarda. [...] Travou-se o conflito. Os estudantes, afinal, penetraram na igreja, onde se armaram com os castiçais dos altares, para a continuação do combate” (NOGUEIRA, 1908, v. 4, p. 157). Esse acontecimento revela as tensões existentes entre os estudantes e a população mais tradicional da cidade. A partir dos registros de Nogueira, percebemos que as relações eram permeadas por uma dinâmica oscilante, visto que em certos momentos os estudantes eram bem aceitos pelos moradores da cidade e, em outros, não.

O carnaval e o entrudo também ocupavam as ruas de São Paulo no período em estudo. De acordo com Nogueira (1909, v. 7, p. 290), o “Carnaval não havia substituído o Entrudo, o qual, a despeito de todos os editais de polícia, permanecia arraigado nos hábitos da população paulistana”. O entrudo, nesse período, possuía um caráter mais ligado à violência, o que revela mais uma vez as tensões entre as práticas de diversão e as interdições sociais. Como exemplo, temos o caso do estudante Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho, que fora “vítima de um acidente ocasionado pelas frenéticas selvagerias do Entrudo [...] viu caírem-lhe todos os dentes da frente” (NOGUEIRA, 1909, v. 7, p. 290). Com relação ao carnaval, havia muitas notícias publicadas, desde os preparativos até os bailes mascarados, realizados nos teatros e nos salões das sociedades carnavalescas. Assim, o *Correio Paulistano* noticiava: “Teatro de S. José Grandes e pomposos Bailes Mascarados nos dias - 11 - 12 - e 13 - Rapaziada! Chega à forma! Sentido à voz!” (4 fev. 1872, n. 4.644, p. 4).

As serenatas também estavam em voga nos oitocentos. De maneira um tanto saudosista, Nogueira registrava: “quando era tudo silêncio na terra, saía a serenata, tocando músicas e arias lindíssimas do repertório brasileiro, sempre repassados de sentimental melancolia” (1909, v. 6, p. 172). Os estudantes faziam concertos nas noites de luar, criando maior integração com a São Paulo daqueles tempos, e, com a prática das serenatas, se apropriavam dos espaços públicos da cidade, quebrando o sossego de quem dormia.

Os acadêmicos também se envolviam em muitas algazarras pelas ruas. O grupo boêmio formado nos anos de 1863-1867 pelos estudantes Sizenando Nabuco, Luiz Veiga, Acácio Corrêa Ribeiro, Ferreira de Menezes, Francisco José da Silva Ribeiro e o fotógrafo Gaspar, passeava de carro, cortando o “silêncio da noite com a grita ecoante e alentada dos seus pulmões...” (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 185). No *Correio Paulistano* de 22 de fevereiro de

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

1872 (n. 4.658, p. 2), lê-se uma reclamação feita por alguns moradores com relação às arruaças feitas por um grupo de estudantes na seção Repartição da Polícia:

Procedeu-se a auto de corpo de delito nas ofensas que em Joaquim Pinto Ferraz foram feitas pelo estudante Jacinto de tal residente no Arouche. Informou Ferraz que o dito estudante e o de nome Penteado, e dois companheiros perturbam o sossego da vizinhança. Oficiou-se ao subdelegado.

Havia casos de tensão que chegavam até a delegacia de polícia, mas também casos irreverentes, como as idas dos estudantes em noite de luar na biquinha: “munia-se toda a república de jarros, bacias, baldes e mais vasilhames, e, mais ou menos em trajes de Adão, a saber, uns em fraldas de camisas, outros em ceroulas” (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 215).

Apropriando-se dos espaços da cidade, alterando seu funcionamento, os estudantes realizavam seus passeios nas margens dos rios, nas pontes, no Jardim Público e nos arredores. Os passeios revelam o estabelecimento de relações sociais entre os próprios estudantes, entre eles e os professores da Academia, ou ainda com parte da população de São Paulo. Nos passeios, os estudantes flertavam com as moças pelas janelas e nas praças públicas e, posteriormente, as visitavam em suas casas, declamando versos. Para os passeios feitos a cavalo, de acordo com Nogueira (1909, v. 6, p. 172), era comum que os animais fossem alugados. Dirigiam-se ao Ipiranga no dia 7 de setembro, ou ao Barro Branco e à Bela Cintra, no tempo das jabuticabas”, onde os estudantes pagavam 1\$000 réis de entrada, “com direito a abarrotar-se de frutas” (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 171).

O Jardim Público de São Paulo era outro espaço utilizado para práticas de diversão, como observamos em nota do *Tribuna Liberal* (n. 338, 15 dez. 1878, p. 2, grifos do original): “*Jardim Público* – Concorrência enorme de famílias que lá estiveram apreciando a bela tarde de domingo”. Segundo Nogueira (1910, v. 8, p. 99), o Jardim Público foi inaugurado em 1790, com a denominação Horto Botânico. Era o único espaço de diversão público e gratuito de São Paulo até 1875, quando foi inaugurada a Ilha dos Amores. Segundo os *Relatórios dos Presidentes da Província*, o Jardim Público recebeu maior atenção das autoridades em dois momentos. Primeiramente em 1869, com encanamento de água, restauração do chafariz, reconstrução das paredes do lago, construção de alguns muros para evitar a passagem de animais. Uma das justificativas para realização dessas obras era o fato de que o local “era e é o único recreio, a única distração que por ora esta capital pode oferecer a sua população;

[...] onde todos [...] podem ir esquecer as fadigas do dia e respirar o ar puro e livre das flores; é um ponto de reunião” (*Relatório do Presidente da Província*, 25 abr. 1869, p. 40). A partir de 1872, ganhou novos cuidados e atenção por parte das autoridades: “as grandes transformações que recebeu [...] tanto em obras de arte, como no desenvolvimento da cultura e plantação de algumas centenas de árvores, tem produzido o resultado satisfatório de afluência da população” (*Relatório do Presidente da Província*, 14 fev. 1875, p. 121).

Ao identificar os espaços onde cotidianamente ocorriam as práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo, percebemos como estas se inseriam em um contexto histórico de civilização e urbanização. Os estudantes passaram a ser presença constante nesses espaços da cidade, participaram da criação do espaço da Academia Jurídica e, ao mesmo tempo, recriaram os espaços de diversão de São Paulo. Todavia, ficou evidenciado pelas fontes citadas que as relações entre os estudantes e a população da cidade eram, por vezes, permeadas por tensões, que eles transgrediam as normas e que nem sempre era possível controlar esses jovens sujeitos inventivos.

### **A prática dos sports**

Quando o termo *sport* foi difundido no Brasil, no século XIX, “não havia uma manifestação propriamente dita organizada. Muitas atividades eram denominadas como *sportivas*” (MELO, 2007, p. 146). Neste artigo, optamos por utilizar o termo *sport* considerando certa imprecisão de época e o fato de a palavra ser citada da mesma maneira nos documentos pesquisados. Qualificamos como *sports* as práticas de diversão que assumiam uma dimensão corporal, ainda não institucionalizadas, visto que o campo esportivo propriamente dito se dinamizou posteriormente no Brasil. Em nossas terras, o campo esportivo se constituiu, nas palavras de Melo (2009, p. 35) “com o crescimento das cidades e o desenvolvimento de uma cultura urbana, com o incremento das preocupações com o corpo, com a saúde e com a higiene, com a valorização das ideias de espetáculo e consumo”.

Na obra de Nogueira, os *sports* praticados entre os estudantes de Direito, conforme nomenclatura da época, eram: caçadas, ginástica, equitação, esgrima, capoeira, natação, cacete, pesca, canoagem, remo, corrida de cavalos, peteca, corrida, briga de galo, patinagem, futebol e boxe. Nesta seção do artigo, analisaremos os mais recorrentes dentre esses citados.

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes  
de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

De acordo com Franzini (2010, p. 51), na cidade de São Paulo no século XIX, as caçadas eram práticas de diversão comumente realizadas. Nos relatos de Nogueira, as caçadas se encontram em primeiro lugar dentre os *sports* mais praticados pelos estudantes: “até 1880, e quiçá mesmo depois de 1890, estavam ainda em voga esses emocionantes exercícios sinérgicos” (NOGUEIRA, 1908, v. 5, p. 215). Quando consideramos o período de 1867 a 1878, entre todas as práticas de diversão citadas, há 22,7% de indicações sobre as caçadas na obra de Nogueira. Essa recorrência pode ter relação com as características da cidade, a qual não esboçava ainda limites estreitamente definidos entre o rural e o urbano. As matas e arredores de São Paulo, e também os quintais alheios, foram frequentados por estudantes caçadores, que não apenas capturavam animais selvagens, mas também furtavam animais dos galinheiros. Toda essa gama de práticas era chamada pelos estudantes de práticas *sportivas*. Sobre o tema, vê-se no *Correio Paulistano* (n. 4.688, 3 abr. 1872, p. 3, itálico no original) nota em que um proprietário solicitava o pagamento de animais que lhe foram furtados:

*Cavalheiros da noite:* roga-se aos 3 senhores que na noite de 31 de março pelas 11 horas ao clarão do novo gás, furtaram 6 galinhas de um quintal que tem portão na rua da Tabatinguera, vão quanto antes paga-las sob pena de serem publicados seus nomes; e proceder-se criminalmente, visto que a forma bem conhecidos todos, e principalmente o que 5 minutos depois voltou ao lugar do delito a serrar o portão que deixaram aberto.

Tais furtos eram comuns e causavam, não raramente, conflitos entre estudantes e a população da cidade, o que pode ser lido nos relatos de Nogueira, quando narrou a caçada do estudante José Basson de Miranda Osório, da turma de 1855-1859, incumbido de apoderar-se de um peru num quintal vizinho, o qual foi surpreendido. Mas “apesar da chuva de pancadaria que lhe caiu sobre o coitado, não largou o peru, raciocinando, explicou ele depois, que – pior seria apanhar a sova e ainda ficar privado do peru” (NOGUEIRA, 1908, v. 5, p. 209-210). Nos relatos de Nogueira, esses furtos não passavam de meras travessuras dos estudantes, que não caracterizavam essa prática como leviana ou ilegalidade, chegando a convidar os donos dos animais furtados para jantar as caças (NOGUEIRA, 1907, v. 1, p. 130). Assim, lembramos que o “cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2011, p. 38, grifos do autor), para citar outra expressão que, no nosso caso, indica

que os estudantes da Faculdade de Direito escapavam à conformação moral de seu tempo, transgredindo normas.

Outra prática *sportiva* muito comum entre os estudantes eram as corridas de cavalos, também tendo 22,7% das menções feitas por Nogueira entre 1867-1878. Observamos que a equitação teve 10,9% de indicações no período de 1827 a 1866 e nenhuma quando verificamos os anos 1867 e 1878. Podemos compreender essa ausência como uma questão relacionada ao contexto histórico. Provavelmente, a equitação não deixou de ser praticada. Todavia, os olhos dos estudantes e da população de São Paulo, bem como os de Nogueira, estavam voltados às corridas de cavalos, ou mesmo ao turfe, que, a partir do final de 1840, se estruturava no Brasil. Mesmo antes da construção do hipódromo, as corridas eram apreciadas e realizadas nas ruas. No ano de 1876 foi inaugurado o Hipódromo de São Paulo e, em 1878, o de Campinas. Nos dias de corridas havia maior circulação de trens nessas regiões para levar os espectadores e apostadores aos hipódromos. A *Tribuna Liberal* anunciava o aumento de horários de trens da Estrada de Ferro para atender às corridas: “Faço público que nas próximas corridas haverá trens das estações da Luz e Braz para o hipódromo” (n. 248, 31 ago. 1878, p. 3). Paulatinamente, as corridas de cavalos ganharam importância ao longo do século XIX, quando da estruturação do “esporte moderno” no Brasil (MELO, 2007, p. 44).

Destacamos, ainda, os espaços onde eram realizadas as corridas de cavalos e as sociabilidades ali construídas. Melo (2009) e Lucena (2001) afirmam que diversas relações eram estabelecidas nos espaços em torno das corridas de cavalos: comerciais, de sociabilidade, inclusive flertes e namoros, sobretudo a partir da construção dos hipódromos. No Brasil, os hipódromos foram as primeiras instalações especificamente dedicadas à prática esportiva moderna e criavam modos de comportamento, novas educabilidades. Inaugurado em 1876, no bairro da Mooca, o hipódromo se tornou “ponto de atração pública e referência de uma sociabilidade urbana para a pauliceia em transformação” (FRANZINI, 2010, p. 52). Seu maior idealizador fora estudante da Faculdade de Direito: “Rafael Aguiar Paes de Barros, que morava na Europa e de lá trouxera o desejo de organizar o turfe em São Paulo” (MELO, 2007, p. 95). Nogueira afirma que esse estudante e um irmão eram “apaixonados pelo sport hípico e mui dados à criação e educação de cavalos, dos quais tinham belos tipos de raça apurada, próprios para corridas” (NOGUEIRA, 1909, v. 7, p. 270-

271). A construção do hipódromo se insere, portanto, em um movimento maior, de urbanização e civilização de São Paulo. Nesse processo, foram criados espaços de diversão na cidade e, com relação ao hipódromo, pode-se perceber que os estudantes também o frequentavam. Assim, “mudanças na forma de passatempos compõem também um quadro de mudanças nas formas de morar, nos processos educativos, nas formas de trabalho, nas relações familiares e entre grupos distintos” (LUCENA, 2001, p. 9).

No período em estudo, eram realizados também passeios fluviais, como se vê no anúncio no *Correio Paulistano* (n. 4.859, 27 out. 1878, p. 1, grifo do original): “*Passeio fluvial* - Conforme está anunciado, o vaporzinho Progresso largará hoje as 9 1/2 da manhã, da Ponte-Grande, em viagem de recreio até a Penha, voltando à tarde. É uma novidade, e mais uma aprasível diversão para os habitantes da capital”.

Os rios limpos favoreciam a prática de outros *sports* pelos estudantes nos arredores da cidade, como a natação e a pesca (ambas com 13,6% de menções). Sobre a natação, vale ressaltar que esse termo utilizado por Nogueira se refere aos banhos de rio, uma vez que a natação não havia sido institucionalizada no Brasil. De acordo com Melo (2007) e Franzini (2010), a organização da natação ocorreu com a criação de uma agremiação exclusiva para a prática, o Club de Boiton, em 1877, e com uma licença dada a Joseph Fogliani, pelo governo imperial, para aplicar aulas de natação para a população carioca em 1878, devido à propagação dos banhos de mar na cidade. Em São Paulo, Franzini (2010, p. 53) afirma que a institucionalização da natação se deu quando os clubes Espéria, Regatas de São Paulo e Regatas Tietê voltaram suas atenções ao remo e à natação, entre 1890 e 1900.

As memórias de Nogueira indicam que os estudantes eram bastante assíduos no exercício da natação, como o caso de Ignacio de Loyola Gomes da Silva e de seu amigo Corrêa de Moraes: “inverno ou verão, sob garoa paulistana ou com intenso frio, eram assíduos os passeios matinais dos dois estudantes às margens do Tamanduateí, para se deleitarem no apetitoso banho” (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 201). Os locais preferidos para a natação eram alguns pontos do rio Tamanduateí, onde os estudantes se apresentavam

inocentes como Adão antes do pecado, punham-se no mesmo traje do nosso primeiro pai... [e] pouco se lhes dava a presença das lavadeiras que estacionavam naqueles pontos. Nem eles cogitavam disso, nem elas por sua vez estranhavam jamais aquele desembaraço (NOGUEIRA, 1908, v. 4, p. 225-226).

Os banhos de rio eram, de acordo com Bruno (1984, p. 1241) “comum entre os estudantes em 1878”. O nudismo dos estudantes incomodava as autoridades e mais uma vez essa prática revela transgressões às normas. No ano de 1875, fora aberta ao público a Ilha dos Amores e “uma parte da várzea do Tamandateí reconquistou sua posição de local de recreio, com a construção da chamada Ilha dos Amores, com banhos e outros passatempos” (BRUNO, 1984, p. 1225). A inauguração da Ilha dos Amores, em 1875, e a criação do Hipódromo, em 1876, inscreviam-se no processo de civilização pelo qual São Paulo passava. A população da cidade criava novos padrões de comportamento e os estudantes também iam se apropriando inventivamente desses novos espaços.

A pesca possuía uma vinculação com as caçadas, pois ambas objetivavam a captura de presas – todavia, utilizando espaços distintos. Jorge (2006, p. 4) afirma que, em fins do século XIX e início do XX, havia muita improvisação quanto aos utensílios usados como vara, feitas com galhos arrancados à beira do rio, os anzóis com alfinetes retorcidos e as iscas de minhocas ou miolo de pão. O mesmo autor ainda aponta que “apanhava-se lambaris, guarus, traíras, piabas, tabaranas, trairões, bagres, mandis e cascudos” nos rios no entorno de São Paulo (JORGE, 2006, p. 4).

A partir dos registros de Nogueira, observamos a prática constante da pesca pelo estudante Carlos Mariano Galvão Bueno, que “tinha por hábito inveterado ir todas as tardes às margens do Tamandateí divertir-se em pescas de anzol” (NOGUEIRA, 1908, v. 3, p. 232-233). Aos olhos de Nogueira, a pesca também estava relacionada à vadiagem, como no caso do estudante José Domingues dos Santos Júnior (da turma de 1862-1866), que “levou mais de um quinquênio a bacharelar-se; não, certamente, por falta de talento, mas de esforço e de aplicação. Além da literatura preferia ao Direito a caça, a pesca e o bilhar” (NOGUEIRA, 1907, v. 2, p. 240). Nogueira não menciona o que era feito com os peixes que os estudantes conseguiam apanhar, se serviam como prato para refeições nas repúblicas. A prática da pesca reafirma que a cidade de São Paulo, mesmo passando por um processo de urbanização, conservava vínculos com o mundo rural e que as mudanças ocorridas no século XIX não podem ser lidas como uma ruptura radical.

Considerando os *sports* praticados pelos estudantes, observamos que eles criavam e recriavam os espaços da cidade, participando, assim, do processo de transformação de São Paulo. A Academia, assim como a cidade, sofreu um processo de mudança, especialmente a

*“Estudantadas”: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes de Direito de São Paulo nos Oitocentos*

partir de 1870. Década em que espaços, o cotidiano, os modos de convivência e as práticas de diversão se inseriram em um processo de urbanização, propício à educação dos costumes dentre aqueles que viviam naquele contexto histórico.

### **Considerações finais**

A inauguração da Academia Jurídica em São Paulo fez parte e, ao mesmo tempo, impulsionou o processo de civilização pelo qual a cidade passava no século XIX, sobretudo a partir da década de 1860. Neste artigo, consideramos variados espaços de convivência frequentados pelos estudantes, onde ocorriam práticas de diversão, além de importantes locais da cidade de São Paulo que se inseriam em um processo maior de civilização dos costumes. Os estudantes recriavam e readaptavam aquele espaço ainda em processo de urbanização, permeado por mudanças, ausências e tensões.

A partir da criação da Academia Jurídica, São Paulo foi afetada até mesmo nas formas de morar, surgindo as repúblicas de estudantes. As repúblicas foram palco da vida cotidiana e de práticas de diversão dos estudantes, como festas, ceias, serenatas, discussões literárias etc. Entre as anedotas, os pratos servidos nos jantares e ceias, geralmente, eram adquiridos por meio das caçadas/furtos realizadas pelos estudantes nos quintais e arredores da cidade.

Apesar das fortes vinculações políticas a que estavam ligados os estudantes no século XIX, de sua grande dedicação ao periodismo e à discussão de questões políticas e econômicas cruciais para o Brasil, como a República e o Abolicionismo, a Academia impulsionava a convivência dinâmica, e na cidade eram realizadas variadas práticas de diversão. Assim, procuramos dar visibilidade a essas práticas “microbianas” e, ao mesmo tempo, educativas, que escapam ao olhar de uma História institucional ou mesmo à História Política. Ao analisar práticas de diversão variadas, como festas, espetáculos, passeios e os sports em suas múltiplas relações, buscamos elucidar parte do cotidiano vivido pelos estudantes de outrora, considerando tais atividades como significativas para a civilização, a educação em um sentido mais amplo. Buscamos, assim, compreender a criação e a recriação das práticas de sujeitos escolares, especialmente fora do espaço da instituição educativa, em interlocução com a cidade e seu entorno. Essas práticas cotidianas produziam uma cultura nova para os paulistanos, uma cultura estudantil, que pode ser resumida com o termo imortalizado por Nogueira: “estudantadas”. As estudantadas, que Nogueira elevou ao lugar de monumento histórico e salvou do esquecimento, eram, portanto, práticas

cotidianas construídas no interior de uma cultura própria, nem sempre autorizada, inventiva e que sobrevivia em meio a uma cultura de ensino superior organizada conforme as regras da Academia Jurídica.

### Fontes

A ACADEMIA de São Paulo. São Paulo, ano I, n. 1, 2 abr. 1876. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo).

CORREIO Paulistano. São Paulo, ano XIX, 10 jan. 1872 - 31 dez. 1872. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo).

NOGUEIRA, José Luiz Almeida. **Tradições e reminiscências**: estudantes, estudantões e estudantadas. São Paulo; Lisboa: Typographia Vanorden & Co / Typographia A Editora, 1907-1912. 9 v.

SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo**. 1868-1879. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o\\_paulo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo)>. Acesso em: 1 maio 2011.

TRIBUNA Liberal. São Paulo, 2 jun. 1878 – 29 dez. 1878, ano I. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo).

### Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 62-74, mar.-ago. 2003.

AZANHA, Jose Mário Pires. A cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas. **Revista da USP**, São Paulo, n. 8, p. 65-69, 1990/1991.

AZANHA, Jose Mário Pires. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo: Edusp, 1992.

AZEVEDO, Elizabeth R. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. v. 3.

CABRAL, Rui de Melo. **O currículo e o método de ensino na fronteira entre o passado e o presente**: o ensino jurídico no Distrito Federal à luz das mudanças emergentes. 1994. 593 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011. (Artes de fazer, 1)

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 95-110.

*“Estudantadas”*: cotidiano e práticas de diversão dos estudantes  
de Direito de São Paulo nos Oitocentos

CONSTANTINO, Antonio. **Almeida Nogueira (Ensaio)**. São Paulo: Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, 1940.

CUNHA JR., Carlos Fernando Ferreira da, et al. Esporte e práticas corporais em Juiz de Fora (1876-1915). In: CUNHA JR, Carlos Fernando Ferreira da (Org.). **Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 11-29.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, p. 115-128, set.-dez., 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FRANZINI, Fábio. Esporte, cidade e modernidade: São Paulo. In: MELO, Victor Andrade de (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 49-70.

GARMES, Helder. **Os ensaios literários (1847-1850) e o periodismo acadêmico em São Paulo de 1833 a 1860**. 1993. 337 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra**: um estudo sobre São Paulo colonial. São Paulo: Alameda, 2007.

JORGE, Janes. A pesca na cidade de São Paulo, 1890-1940. **Histórica**, São Paulo, ano 2, n. 14, p. 1, set. 2006. Disponível em:  
<[www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia01/texto01.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia01/texto01.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2020.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. Modos de controle do cotidiano: a assombração e o tempo. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, p. 263-284, jan.-abr. 2020.

LAZZAROTTI FILHO, Ari et al. El término ‘prácticas corporales’ en la literatura científica brasileña y su repercusión en el campo de la Educación Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 11-29, ene./mar. 2010.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. **Arcadas**: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. São Paulo: Alternativa, 1998.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalos e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (Org.). **História do esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 35-70.

MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do almanaque literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda**. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. **Cidade e Política: São Paulo no Século XIX**. 1990. 309 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

NAVARRO, Ana Paula. **A Faculdade de Direito de São Paulo e as interferências imperiais no ensino jurídico: uma edição de legislações de 1827 a 1879**. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 47-72, jan.-abr. 2007.

PAIS, José Machado. Cotidiano e Reflexividade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, jan.-abr. 2007.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: NASSER, Ana Cristina (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petropolis: Vozes, 2008. p.154-211.

PIZANI, Antônio Carlos. **Aspectos políticos do convívio acadêmico nas arcadas (reflexos sobre o papel da Burschenschaft - 1889/1930)**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1989.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 2, p. 79-115, jul./dez. 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

TEIXEIRA, Ana Maria Lima. **De como a literatura chegou à cidade de São Paulo e vice-versa: São Paulo de 1830**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

## Notas

---

<sup>i</sup> Destacamos as seguintes publicações: AZANHA, 1992; CHIZZOTTI, 1992; ALVES, 2003; DURAN, 2007; OLIVEIRA, 2007; PAIS, 2007.

<sup>ii</sup> Há muitos trabalhos sobre os estudantes da Faculdade de Direito, cf., por exemplo, Azevedo (2000), Cabral (1994), Garmes (1993), Menezes (2006), Navarro (2010), Pizani (1989) e Teixeira (2006). Todavia, nenhum desses investigou os espaços de diversão e o cotidiano dos estudantes conforme nossa abordagem.

<sup>iii</sup> No campo da História da Educação, pouco se tem utilizado do conceito de cotidiano, segundo a definição de Michel de Certeau. A título de exemplo, temos a *Revista Brasileira de História da Educação*, criada em 2001, com ampla circulação, que se encontra em seu 20º volume e não publicou

um artigo sequer baseado nesse conceito. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/archive>>. Acesso em: 30/09/2020.

<sup>iv</sup> Lazzarotti Filho et al. (2010, p. 22-23) analisaram as práticas corporais na literatura científica brasileira e encontraram grande imprecisão de termos, tomados muitas vezes como sinônimos: cultura corporal, esportes, práticas de diversão, atividades físicas. Na categoria vida cotidiana, classificaram: “los modos de vestir, de comer, de ejercitarse, de maquillarse, de divertirse, de cocinar, de jugar, de cultivar el suelo, de pescar, de cazar o prácticas de higiene”.

<sup>v</sup> Nascido em 1851, em Bananal (RJ), José Luiz Almeida Nogueira, em 1867, foi para São Paulo, realizar os exames de preparatórios no Curso Anexo, matriculou-se na Faculdade de Direito em 1869 e formou-se em 1874. Tornou-se professor substituto da mesma instituição, em 1890, e catedrático, em 1891. Faleceu em 1914 (CONSTANTINO, 1940, p. 24).

<sup>vi</sup> Organizada em nove volumes, publicada entre 1907 e 1912, em sua maioria, pela Typographia A Editora. A obra não segue uma ordenação ano a ano, mas as “turmas acadêmicas” (de cinco em cinco anos). Sob o ponto de vista metodológico, fizemos uma leitura pormenorizada dos nove volumes da obra e organizamos um banco de dados, totalizando 686 menções a práticas cotidianas dos estudantes entre 1827-1878. Criamos categorias de análise, organizando os dados para identificar as práticas mais recorrentes. Entre 1860-1870, identificamos 187 práticas: 61 produções jornalísticas (32,6%); 44 produções literárias (23,5%); 24 menções a festas (12,8%); 22 a sports (11,7%); 21 a espetáculos (11,2%); 12 a passeios (6,4%); 3 a jogos de salão (1,6%). A ideia de seriação, como define Le Goff (2012, p. 516), deu sustentação ao tratamento inicial dos dados. Realizamos um levantamento quantitativo das práticas de diversão, para ter uma ideia de “valor relativo” dentro da série documental, realizando, posteriormente, uma análise qualitativa, uma leitura dos dados em relação ao contexto histórico. Utilizamos-nos de técnicas de amostragem aplicadas a um estudo qualitativo, enfatizando “mais as relações entre a amostra e o objeto, do que as regras técnicas de amostragem” (PIRES, 2008, p. 157).

<sup>vii</sup> Atualizamos a grafia das citações.

<sup>viii</sup> Bicho era o termo utilizado na Academia para designar os estudantes de preparatórios (NOGUEIRA, 1910, v. 8, p. 129, grifos do original).

## Sobre os autores

Marina Santos Costa

Graduação em Educação Física e Mestrado em Educação pela UFSJ, Analista Universitário da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: [maryufsj@yahoo.com.br](mailto:maryufsj@yahoo.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2193-7850>

Christianni Cardoso Morais

Graduação em Filosofia pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, Mestrado em Educação e Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Associada do Departamento das Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [tiannimorais@hotmail.com](mailto:tiannimorais@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/000-001-6083-0864>

Recebido em: 05/10/2020

Aceito para publicação em: 18/11/2020